

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
NOTA À 2 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	13
INTRODUÇÃO .....	17

## PARTE I

### A PROVA ENTRE A EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CIVIL E A VERDADE NO PROCESSO

1. EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CIVIL .....	23
1.1. Perfil conceitual .....	23
1.2. Perfil ideológico .....	27
1.2.1. Critérios de produtividade .....	31
1.2.1.1. Tempo .....	31
1.2.1.2. Custo .....	35
1.2.2. Critérios de qualidade .....	39
1.2.2.1. Correta apuração dos fatos .....	39
1.2.2.2. Correta aplicação do direito .....	44
1.3. Perfil normativo .....	47
2. PROVA E VERDADE NO PROCESSO JUDICIAL .....	55
2.1. Verdade como correspondência entre o enunciado fático e a realidade ....	55
2.1.1. Verdade como probabilidade .....	58
2.1.2. A função da epistemologia para a Justiça Civil .....	60
2.1.3. Contingenciamentos à busca da verdade no processo judicial...	64
2.2. A admissibilidade da prova e eficiência processual .....	68
2.2.1. As fases do procedimento probatório .....	68
2.2.2. Admissibilidade da prova e correção da decisão sobre os fatos....	74
2.2.3. Admissibilidade da prova e otimização da atividade processual.....	77
2.2.4. Oportunidade para a resolução da questão da admissibilidade da prova .....	77

**PARTE II**  
**CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A ADMISSIBILIDADE**  
**DA PROVA NO PROCESSO CIVIL**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	83
1. Razões para a adoção de critérios objetivos.....	86
1.1. Segurança.....	86
1.2. Liberdade .....	88
1.3. Igualdade .....	89
2. Critérios objetivos .....	89
2.1. Relevância.....	91
2.1.1. Pertinência.....	94
2.1.2. Idoneidade epistêmica .....	100
2.2. Exclusão da prova contrária à eficiência em sentido estrito .....	109
2.3. Regras de exclusão .....	113
2.3.1. Regras de propósito epistêmico.....	115
2.3.2. Regras contraepistêmicas.....	117
2.3.3. Aplicação das regras de exclusão.....	120
3. Outros critérios aplicáveis? .....	124
3.1. Tipicidade .....	124
3.2. Controvérsia .....	125
3.3. Convencimento subjetivo do juiz.....	130
3.4. Preclusão.....	133

**PARTE III**  
**PROCEDIMENTO, ADMISSIBILIDADE DA PROVA E EFICIÊNCIA: O CASO DO**  
**PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**

<b>1. O DIREITO FUNDAMENTAL AO CONTRADITÓRIO NA ADMISSIBILIDADE DA PROVA</b> .....	141
1. A prova emprestada .....	144
2. O momento adequado para juízo de admissibilidade da prova: a fase de organização do processo (art. 357, CPC) .....	146
3. O direito fundamental à fundamentação da decisão sobre a admissibilidade da prova.....	148
4. Da impugnação da decisão sobre a admissibilidade da prova.....	150
<b>CONCLUSÕES E SUGESTÕES PRÁTICAS</b> .....	155
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	161